

# Brasileiras estavam com viagem marcada para abortar na Colômbia; a pandemia impediu

*Passagem comprada, procedimento marcado, estava tudo pronto para um grupo de mulheres brasileiras poderem abortar legalmente na Colômbia, quando as fronteiras foram fechadas*

[\(Revista AzMina, 13/05/2020 - acesse no site de origem\)](#)

“Eu nunca tinha viajado pra fora do país e estava muito apreensiva, ainda mais porque tudo teria que ser sem que ninguém da família descobrisse. Era quase uma missão impossível, mas eu estava confiante”, conta a professora **Edna\***, 28 anos.

A ida à Colômbia foi a solução que encontrou para interromper uma gestação indesejada, já que aqui no Brasil o procedimento não é permitido. Ela e o namorado organizaram tudo, porém dois dias antes do embarque, os planos foram por água abaixo: seu voo foi cancelado devido ao fechamento das fronteiras da Colômbia pela pandemia do novo coronavírus, no dia 16 de março.

Edna faz parte de um grupo de nove mulheres que estavam com viagem para a Colômbia organizada para fazer um aborto e tiveram os planos interrompidos pela pandemia. Presas no Brasil, onde não têm direito de escolha, se viram correndo contra o tempo. “Porque a gravidez não espera a pandemia passar”, desabafa uma delas.

Cada uma teve de lidar com a questão de uma maneira diferente: encontrar um novo país para ir onde o procedimento é legalizado, aborto clandestino e até aborto legal. As histórias de seis delas estão nessa reportagem.

Todas essas mulheres estavam organizando suas viagens com apoio da iniciativa [Milhas Pela Vida das Mulheres](#), que ajuda brasileiras a abortarem legalmente em países onde o procedimento é permitido. **Juliana Reis**,

fundadora da organização, conta que o apoio varia de mulher para mulher: vai desde o apoio financeiro para os custos da viagem, para mulheres que não podem pagar, até o agendamento do procedimento e contato com mulheres colombianas para dar suporte às brasileiras durante a estadia. Desde novembro de 2019, 18 mulheres já foram para a Colômbia com a iniciativa.



*Troca de mensagens entre Juliana e pessoa da clínica Orientáme, na Colômbia, onde estavam agendados os procedimentos (Reprodução)*

“Isso que fazemos e o que essas mulheres viveram com a pandemia são facetas dessa violência que é a criminalização do aborto no Brasil. E vamos criando alternativas concretas para resolver isso”, explica Juliana.

**No Brasil, a interrupção voluntária da gravidez é crime exceto em três situações: anencefalia do feto, gravidez resultante de estupro ou quando há risco à vida da mulher. No entanto, se a mulher brasileira faz um procedimento fora desses três casos em outro país, onde ele seja legal, ela não está cometendo nenhum crime.**

“Algo básico do funcionamento da lei penal dos países é a lógica territorial. Em regra, a sua conduta tem que ser avaliada com relação às leis do local onde você está”, explica a advogada **Gabriela Rondon**, do Instituto Anis de Bioética.

No caso da Colômbia, para onde essas mulheres iam, o aborto não é

totalmente descriminalizado, mas a lei é mais ampla que a brasileira. São permitidas as interrupções da gestação lá em casos de estupro, incesto, má-formação severa do feto e riscos à saúde da mulher.

“A lei inclui uma perspectiva de saúde mais ampla, que entende que uma situação de uma gravidez não pretendida em situações sociais e pessoais adversas pode gerar um sofrimento mental”, explica a advogada. Assim, os riscos à saúde mental da mulher também são considerados legais, bastando um laudo médico informando a existência disso.

## **Não sabia que tinha sido estuprada**

Mãe solo, recém-formada e cheia de planos para construir um futuro melhor para si e para a filha, **Cristina\***, 28 anos, ficou em choque e sem saber o que fazer quando soube que estava grávida. Evangélica, ela era completamente contra o aborto. “Justamente por haver formas de evitar a gravidez, mas o que eu não via é que ainda assim há outras formas inesperadas de acontecer”, conta.

Mas ao se ver grávida, pensando em abrir mão de todos seus planos de uma vida melhor para si e para a filha, começou a mudar de ideia. “Estive no lugar de tantas outras mulheres e senti o peso dessa situação, as negações, as frustrações, o desespero, a depressão, o isolamento, a solidão. Isso me fez repensar. Então pedi a Deus que me ajudasse, sem colocar minha vida em risco.”

Foi quando soube da possibilidade de interromper a gravidez no exterior. Entrou em contato com a iniciativa Milhas pela Vida, um pouco receosa, mas aos poucos foi passando a confiar e começou a planejar a viagem. Até que veio a pandemia e seu voo foi cancelado.

Na época, ainda era possível ir para o México, no entanto, por ser fora do Mercosul, era necessário ter passaporte, o que ela não tinha, e não deu tempo de conseguir um de urgência. “A sensação de impotência, de não ter escolha sobre seu próprio futuro, de não ser respeitada... Pelo contrário, alguns acusam, julgam, apontam como se o futuro fosse deles, como se eles

fossem abrir mão de algo, isso é tão frustrante.”

No entanto, em uma conversa sobre como tinha engravidado, ela contou que o parceiro tinha tirado a camisinha sem avisá-la e sem seu consentimento. Cristina não sabia que isso era uma forma de violência sexual. Conhecido como *stealth*, o ato de tirar o preservativo sem consentimento da mulher é considerado violência sexual e, portanto, é crime no Brasil.

Com posse dessa nova informação, Cristina soube então que sua gestação era resultante de uma violência sexual e, portanto, tinha direito ao aborto dentro da lei no Brasil. Procurou então o serviço do SUS e conseguiu interromper a gestação.

Apesar de ser um direito, o acesso ao aborto dentro da lei nem sempre é garantido. Nesta reportagem, explicamos o que fazer caso ele seja negado.

## **Três tentativas com pílula**

Edna nunca quis ser mãe, desde a adolescência sabe disso. Mas para piorar tudo, descobriu que estava grávida bem na semana em que seu namorado foi demitido. “Eram muitas incertezas no momento. A única certeza que eu tinha era a de que não tinha condições de ter um filho”, lembra.

Então logo começou a pesquisar alternativas e conseguiu um contato para comprar pílulas de misoprostol. Tomou e, apesar de sentir algumas cólicas, não teve sangramentos. Fez um ultrassom e confirmou que ainda estava grávida. Então tentou as pílulas outra vez e nada. “Cheguei a conclusão de que estava gastando com remédios falsos. Desisti mas o desespero tomava conta de mim. Já não tinha vontade de sair, nem de comer, não queria ver ninguém e não reconhecia mais meu corpo”.

Foi o namorado que, vendo o desespero dela, começou a pesquisar sobre fazer o aborto fora do Brasil. Entraram então em contato com a iniciativa e começaram a planejar a viagem – a sua primeira par fora do Brasil. “Na semana da viagem começamos a arrumar as malas discretamente, comprei absorventes, separei umas roupas confortáveis e roupas de frio pra viagem. Estávamos acompanhando o crescimento do surto de Covid-19 na Europa há alguns dias e torcendo para que não fechassem os aeroportos na Colômbia”. Mas fechou. “Eu me vi sem chão mais uma vez e achava que não haveria outra saída a não ser ter um filho. A barriga já estava começando a aparecer

e o tempo estava ficando apertado”, conta Edna, que entrou em desespero novamente.

Sem desistir, ela conseguiu um novo contato para comprar as pílulas de misoprostol. Com receio, decidiu tentar de novo. “Senti muita dor e o procedimento com medicamentos é um tanto demorado e sofrido, mas sinto que valeu a pena. Não poderíamos ter uma criança que desejamos tanto que não nascesse”.

## Presas no México

Quando descobriu que estava grávida, **Fabiana\***, 27 anos, se viu em uma confusão de emoções. A certeza de que não queria seguir com a gestação veio quando o companheiro “pulou fora” das responsabilidades.

Pesquisando, viu que em outros países o aborto era legalizado e, como tinha férias para tirar no emprego, decidiu por esse caminho. Comprou a passagem e contou com apoio para fazer o agendamento na Colômbia. Mas assim que viu que a pandemia se agravava e que as fronteiras podiam fechar, começou a pesquisar alternativas.

Conseguiu transferir seu voo para a Cidade do México, onde a interrupção da gravidez é legal. Entrou em contato com uma clínica e no dia seguinte já embarcou. “Viajei durante a noite e no dia seguinte pela manhã já fui para a consulta”, conta.

Chegando lá, passou com um médico que explicou suas opções - fazer o procedimento de aspiração intrauterina ou tomar as pílulas. Ela escolheu a aspiração, por ser mais rápida. Depois, ainda teve consulta com uma psicóloga, que conversou sobre como ela estava e também falou sobre métodos contraceptivos, oferecendo opções de longo prazo.

Então chegou a hora do procedimento. “ Estava nervosa. Com medo de dar errado e ninguém saber, porque eu não tinha falado para ninguém que ia fazer. Mas tomei a anestesia e quando acordei, falaram que tudo tinha corrido bem”. Nos dias seguintes, ela repousou ainda na cidade do México.

Depois, aproveitou as férias para ir para a praia e descansar mais uns dias. “Eu senti que precisaria, tanto para o corpo, quanto para a alma. Descansar,

pensar em outras coisas”, conta. Era para ela ter ficado ali mais 20 dias. No entanto, seu vôo já foi cancelado duas vezes e ainda não conseguiu voltar para o Brasil.

Apesar dos imprevistos, Fabiana está tranquila. “Eu sabia de todos os riscos quando fui pegar o voo. Tanto de contrair o coronavírus, quando de vôos cancelados. Mas decidi encarar, porque quero poder decidir meu futuro. Ficar presa aqui, sem voltar, é menos grave do que estar presa no Brasil sem opção, porque a gravidez não ia esperar a pandemia passar”.

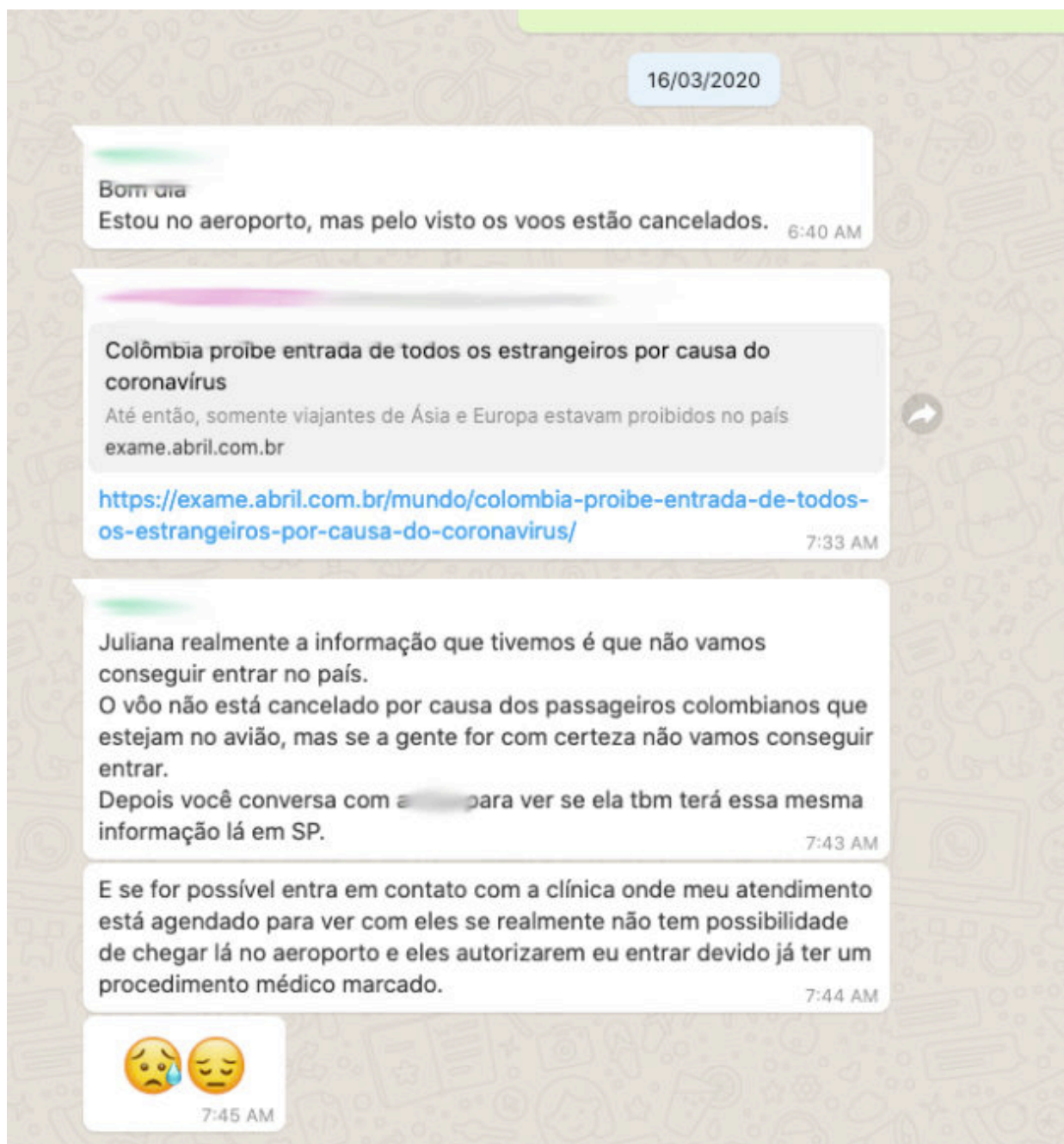
## **Perda natural**

Evangélica e pró-vida autodeclarada, **Denise\***, 27 anos, nunca imaginou que passaria pelo dilema de seguir com uma gestação. Sonhava com a gravidez, mas aconteceu o diagnóstico de uma doença fetal rara e gravíssima. A probabilidade de que seu filho sobrevivesse após o parto era baixa e, ainda assim, ele não se desenvolveria e não passaria dos primeiros anos de vida. Diante disso, ela e o marido decidiram não seguir com a gestação.

Quem entrou em contato com as Milhas pela Vida foi o marido, mas Juliana pediu para falar com a mulher, que contou toda a história. O agendamento foi feito e estava tudo certo, até que no dia do seu vôo as fronteiras fecharam.

Em desespero, Denise dirigiu cinco horas de sua cidade até a capital, para tentar forçar o embarque. O que não deu certo, pois não poderia entrar na Colômbia. Ela ficou tão mal que, dias depois, diz ter tido um aborto espontâneo.

Denise não aceitou conversar com a reportagem, mas mandou seu depoimento para Juliana e autorizou que ela repassasse para AzMina.



*Denise chegou a ir ao aeroporto, mas soube que não poderia entrar na Colômbia (Imagem: Reprodução)*

## Chá, pílula, reza, clínica...

Antibiótico pode cortar o efeito do anticoncepcional. **Giovana\***, 36 anos, não sabia disso. Casada, com um filho e sem nenhum plano de ter outro, de repente ela se viu grávida, mesmo usando de forma regular um contraceptivo.

“A maternidade não é para mim, não gostei. Eu amo meu filho, mas se eu

pudesse voltar no tempo, eu não teria”. Ela conta que entrou em desespero com a notícia e começou uma corrida contra o tempo.

Primeiro, tentou Misoprostol, mas não funcionou. Em pânico, tentou chás e receitas caseiras, mas também não funcionou. Estava desistindo quando soube da possibilidade de ir para a Colômbia. “Foi tudo muito rápido, entrei em contato e agendaram para dali cinco dias”. Mas veio a pandemia e seu vôo foi cancelado.

Sem chão, ela começou a correr atrás de alternativas. “É horrível. Por causa da ilegalidade, você se depara com golpistas. Tem grupos de whatsapp que só te ajudam se você comprar deles. O Brasil tá muito atrasado”, desabafa.

Ela conta que visitou diversas enfermeiras e médicos, tentando encontrar um lugar em que se sentisse segura para fazer o procedimento. “Tinha uma que era na casa dela, um monte de bebida alcoólica em volta, não me senti segura”. No fim, ela encontrou uma clínica onde se sentiu segura e realizou o procedimento.

“Achei que ia sentir alívio, mas vieram os sentimentos contraditórios. Eu sentia culpa, vazio, chorava toda noite”. Após o aborto, ela procurou acompanhamento psicológico e sente que, agora, está ficando bem.

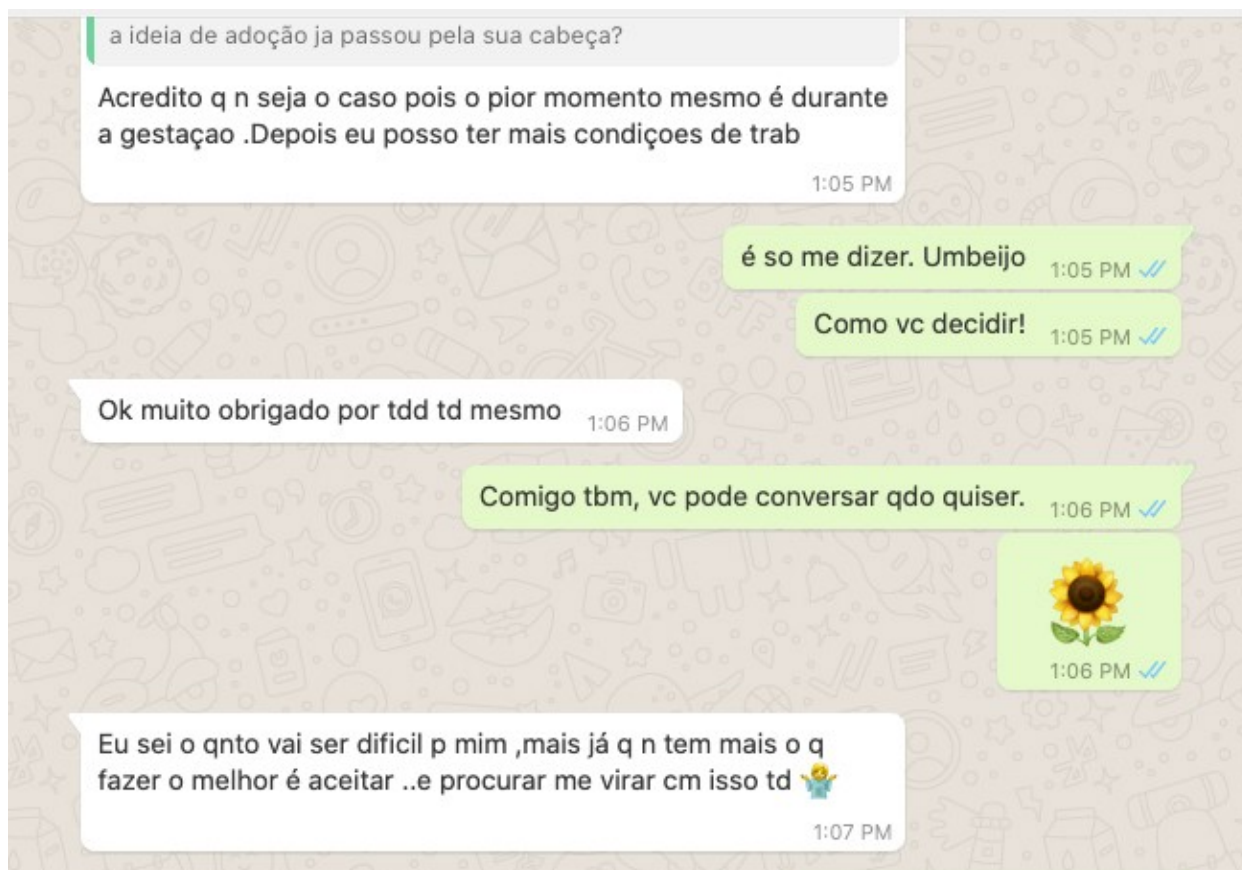
## **Onde comem três, comem quatro**

Com três filhos, **Bruna\***, 32 anos, está separada há quase um ano, depois que descobriu que o ex-marido abusava da filha. Ela faz bicos e faxinas para alimentar as crianças e pagar as contas. Em um momento de desespero, aceitou fazer um programa. Ela conta que tomou a pílula do seguinte, mas o remédio não funcionou.

Entrou em contato com a Milhas pela Vida com 18 semanas de gestação e agendou a viagem para a semana seguinte, porque o procedimento só pode ser realizado até 22 semanas.

Quando as fronteiras fecharam, ficou sem alternativa e se resignou a seguir com a gravidez, apesar do medo de não ter condições para criar mais um filho.





*Mensagem que Bruna enviou quando se viu sem opção (Imagem: Reprodução)*

*\*Nomes fictícios para preservar a identidade das entrevistadas, que contaram suas histórias sob a condição de anonimato.  
Por Helena Bertho*

---

# **Tribunal Constitucional da Colômbia rejeita legalização do**

# aborto nas primeiras 16 semanas

*Aborto só será permitido se a vida da mãe correr risco, se o feto sofrer de má formação ou se a gravidez for resultante de um estupro.*

[\(G1, 03/03/2020 – acesse no site de origem\)](#)

O Tribunal Constitucional da Colômbia rejeitou nesta terça-feira (3) a legalização do aborto até as primeiras 16 semanas de gestação, e decidiu que o procedimento continuará sendo permitido somente em três casos específicos.

*A corte rejeitou um caso que pedia que a nação retomasse a proibição da prática em qualquer circunstância, mas também disse que não tornará o aborto legal durante os quatro primeiros meses de gravidez.*

Como antes, o aborto só será permitido **se a vida da mãe correr risco, se o feto sofrer de má formação ou se a gravidez for resultante de um estupro.**

O veredicto foi repudiado por organizações de direitos humanos e de defesa das mulheres.

“A decisão do Tribunal Constitucional foi uma oportunidade desperdiçada de ficar do lado certo da história para proporcionar às mulheres e meninas colombianas o acesso seguro ao aborto”, opinou Paula Avila-Guillen, diretor de Iniciativas Latino-americanas do Centro de Igualdade das Mulheres, em um comunicado na segunda-feira.

A Anistia Internacional acusou a corte de dar as costas às mulheres.

“Lamentamos que a corte tenha decidido continuar restringindo os direitos sexuais e reprodutivos das mulheres ao invés de dar um exemplo positivo para a região”, disse a diretora da Anistia Internacional para as Américas, Erika Guevara Rosas.

*Por Reuters*

---

# A advogada que virou humorista em nome da diversidade sexual

*Ativista de longa data, a colombiana Elizabeth Castillo encontrou no humor uma forma de atingir um público além da própria bolha*

**(Agência Patrícia Galvão - 26/11/2019)**

No palco, a “agenda secreta gay” aparece enorme, repleta de brilho, e com uma meta audaciosa: conquistar o mundo. No decorrer do monólogo, a advogada Elizabeth Castillo recorre até a um “raio” capaz de transformar em homossexual quem estiver ao alcance de sua luz. Com elementos do stand-up comedy e muitos episódios da própria trajetória, ela faz do espetáculo *A ver si nos entendemos* uma nova forma de ativismo em Bogotá, na Colômbia, onde vive.

“Com essa agenda espalhafatosa em mãos, começo a brincar com o público. Digo que estamos tentando conquistar o mundo desde Onan, o personagem do Antigo Testamento que Deus mata por exercer sua sexualidade sem fins de reprodução”, afirma Elizabeth.

*O trabalho está em formato de show de comédia, mas é, na verdade, uma estratégia para transformar o imaginário sobre a diversidade sexual.*

Aos 49 anos, Elizabeth era conhecida no país como ativista e advogada especializada em direitos sexuais e reprodutivos. Até que, em fevereiro passado, estreou como comediante em uma das salas da Casa Ensemble, um centro cultural de Bogotá. De lá para cá, não parou mais. Continua a atuar como advogada, em especial como consultora, mas o humor entrou de forma definitiva na sua vida.

A mudança não ocorreu por acaso. Fazia tempo que a advogada percebia no

riso um recurso para maior aproximação com o interlocutor. Isso ficava muito claro nos cursos de formação que ministrava, mas ela só se dedicou ao humor depois que outra ativista, muito amiga sua, morreu devido a uma infecção hospitalar. “Fiquei muito impactada. Essa mulher tinha tantas lutas como eu, tantos sonhos quanto eu. Morreu sem cumprir o que lhe faltava”, lembra Elizabeth. “Decidi que isso não aconteceria comigo.”



*A advogada colombiana Elizabeth Castillo | Crédito: Luiza Villaméa*

O primeiro passo foi pedir demissão da Secretaria da Mulher de Bogotá, onde atuava como diretora de Enfoque Diferencial. Na sequência, trocou outros trabalhos por dois projetos. O primeiro foi terminar o livro *No somos etcétera*, sobre a história do movimento LGBT na Colômbia. Ao mesmo tempo, fez um curso de stand-up comedy:

*O formato me incomodava, pois reforça estereótipos, mas me dei conta de que poderia usar elementos dele. E contratei uma diretora de teatro que me ajudou a ocupar o espaço e a fazer isso de uma maneira bonita.*

O livro *No somos etcétera* foi lançado no ano passado, meses antes de o espetáculo estreiar. Com a bem-sucedida temporada de *A ver si nos entendemos* ainda em cartaz, Elizabeth planeja agora oferecer o espetáculo para exibição em empresas públicas e privadas. “É um desafio enorme,

porque é a primeira vez que faço teatro, mas mudar a linguagem é uma aposta necessária”, diz.

*Como ativista, já tinha feito de tudo. Só que estava falando sempre para as mesmas pessoas. O humor é uma forma de chegar a pessoas alheias a essas discussões.*

A iniciativa faz sentido. O tema da diversidade sexual afetou até o acordo de paz entre o governo colombiano e o grupo guerrilheiro Farc (Forças Armadas Revolucionária da Colômbia). Em 2016, depois de mais de 50 anos de conflito e cerca de 220 mil mortos, o governo do presidente Juan Manuel Santos perdeu um plebiscito pela paz devido a uma campanha que associava o acordo à chamada “ideologia de gênero”.

Durantes as negociações entre o governo e a guerrilha, ficara definido que “homens, mulheres, homossexuais, heterossexuais e pessoas com identidade diversa” se beneficiariam do acordo em igualdade de condições. Foi o suficiente para que parte da população visse no texto uma ameaça à “família tradicional”.

No final, o acordo foi assinado, mas a Colômbia seguiu dividida. Não é, portanto, por acaso, que a advogada Elizabeth Castillo busca no humor uma nova ferramenta para trabalhar o imaginário sobre a diversidade sexual.

*Por Luiza Villaméa*

---

# **Abortei na Colômbia porque o**

# governo brasileiro falhou comigo, por Rebeca Mendes

*Rebeca Mendes, primeira brasileira a começar uma batalha judicial para que sua decisão de interromper uma gravidez não desejada fosse respeitada, conta suas razões*

[\(El País, 26/01/2018 - acesse no site de origem\)](#)

Meu nome é Rebeca Mendes, sou estudante de Direito brasileira, tenho 30 anos e dois filhos, um de nove e outro de seis anos. Vivo em [São Paulo](#), a maior cidade da América do Sul. Já devem ter ouvido falar de mim: sou a primeira brasileira e talvez a primeira latino-americana a entrar com uma ação na instância judicial superior do meu país para que minha decisão de interromper uma gravidez não desejada fosse respeitada. Muitos questionaram minha decisão ou me criticaram sem sequer me conhecer. Por este motivo, peço sua atenção para que eu possa me apresentar.

Não sou tão diferente das [milhares de brasileiras que também são mães solteiras](#) responsáveis economicamente pelas suas famílias. [Vivo em constante malabarismo](#) para equilibrar minha rotina com as necessidades dos meus filhos. Trabalho de manhã, sirvo o almoço, levo as crianças à escola, continuo trabalhando à tarde, preparo a janta e vou à faculdade, da qual chego apenas às 23h30. Curso o quinto semestre da faculdade de Direito com uma bolsa de estudos do governo, conquistada com muito esforço. Por enquanto, trabalho como temporária até fevereiro. Não sei o que farei depois. Como se todo esse redemoinho de coisas não fosse suficiente, em 13 de novembro de 2017 eu descobri que estava grávida. Fiquei desesperada.

Muitos podem dizer que não me cuidei, mas isso não é verdade. Não sou uma mulher irresponsável. Se o sistema público de saúde tivesse me atendido a tempo, quando quis mudar meu [método contraceptivo](#), eu não teria passado por nada disso. Essa foi a primeira vez em que o Estado falhou comigo.

A gravidez foi resultado do único encontro amoroso que tive com o pai dos meus dois filhos em três anos desde a separação. Quando disse a ele, foi o

primeiro a mencionar a possibilidade do aborto. Voltei para casa chorando. Eu me dei conta de que se decidisse seguir em frente com a [gravidez](#), não teria nenhum apoio do pai. Sem trabalho a partir de fevereiro, sabia que a primeira coisa que teria que sacrificar seriam meus estudos. Ou seja, teria que desistir do sonho de [terminar a faculdade](#) e fornecer uma vida melhor a meus dois filhos.

Todos conhecemos mulheres que estiveram na mesma situação e se submeteram a um [aborto](#). É um procedimento comum. Busquei informações e descobri que são realizados anualmente [mais de 500.000 abortos ilegais no Brasil](#). E que quase a metade das mulheres [que passam por esse procedimento acabam nas salas de emergência dos hospitais](#) por complicações relacionadas ao aborto inseguro. Eu não queria e nem podia ser uma delas. Tenho dois filhos para criar. Por 700 reais, poderia comprar seis comprimidos de misoprostol [a OMS o inclui na Lista Modelo de Medicamentos Essenciais para a interrupção precoce da gravidez]. Mas que garantia eu teria de que [não colocaria minha vida em risco](#) por não ter tido nenhum tipo de orientação sobre a administração do remédio? Também não tinha 5.000 reais para pagar uma das várias clínicas privadas dos bairros ricos das grandes cidades brasileiras que realizam o procedimento sem riscos.

O que você teria feito em meu lugar e nestas circunstâncias?

Entrei em contato com a organização Anis - Instituto de Bioética e decidi protocolar uma ação no [Supremo Tribunal Federal](#) para realizar o procedimento de maneira segura, como acontece em vários países do mundo. Conversei com meus filhos e fui sincera em todos os tópicos. Expliquei, de modo que eles pudessem entender, que a mamãe estava grávida e não era o momento ideal para ter um bebê. Os dias de espera desde que tramitei a ação foram terríveis. Apenas [uma mulher sabe o que é se ver obrigada a continuar uma gravidez não desejada](#). Para a sociedade brasileira, o aborto seria um estigma se fossem os homens quem engravidassem?

A resposta pouco clara de que a minha ação não havia sido negada, mas que na verdade sequer seria analisada, foi a segunda vez em que o Estado brasileiro falhou comigo. Perdi toda a esperança e me desesperei. Justamente

naquele momento surgiu o convite para dar uma palestra na [Colômbia](#).

Dois dias antes da viagem, passei pela pior experiência relacionada com esta situação até o momento. Desde o começo, soube enfrentar muito bem a avalanche de críticas nas [redes sociais](#). Mas naquele domingo à noite, uma pessoa achou que tinha o direito de ir até a minha casa para pedir que [eu não realizasse o aborto](#) e me disse que, se não o fizesse, me daria de presente o enxoval do bebê. Era mais uma pessoa que não entendia meus motivos, como acontece com a maioria das mulheres na mesma situação.

Em 5 de dezembro, viajei à Colômbia. Foi a minha primeira viagem de avião, minha primeira vez no exterior, longe dos meus filhos. O que mais me chamou a atenção na Colômbia foram as semelhanças e as diferenças com o Brasil. [Tão religiosa quanto o meu país, mas com uma visão mais humana das mulheres](#). Conheci muitas pessoas que trabalhavam duro para que as mulheres, principalmente as mais pobres, tivessem o direito a serem tratadas com dignidade. Tentei absorver toda a informação sobre como conseguiram chegar a este ponto, desde a modificação da [Constituição](#) colombiana até a luta diária contra o preconceito e a falta de informação. Diferente do Brasil, a Colômbia não finge mais que essas mulheres não existem e lhes garante a dignidade humana e a autonomia sobre os seus corpos.

Já no final do dia, me inteirei de que na Colômbia poderia realizar o procedimento legalmente. Fui bem recebida na clínica Profamilia e me deram todas as explicações sobre o procedimento. Optei pela aspiração. Também escolhi o método contraceptivo que usaria em seguida. Na sala de procedimentos, a primeira coisa que o médico fez foi colocar o implante contraceptivo no meu braço. Anestesia local, um pequeno orifício na pele, e em questão de minutos já havia terminado o que esperei quase um ano do SUS, o sistema de saúde gratuito do Brasil.

A ultrassonografia confirmou que eu estava na nona semana de gestação. Antes da aspiração, me deram anestesia local. Quando terminou, fui a uma sala de repouso e, 20 minutos depois, o médico veio me ver e me disse que, assim que me sentisse bem para caminhar, poderia ir embora. Eu me vesti, me deram as recomendações médicas e fui. O que senti naquele momento? Alívio. Nada mais. Voltei ao hotel e descansei a tarde inteira. Naquela mesma



noite, saí e caminhei bastante, sem chorar, sem dramas e arrependimentos.

Voltei ao Brasil com a convicção de que sou a exceção. Há muitas brasileiras e latinas na mesma situação que eu, sem a perspectiva de uma alternativa como a minha, que terão que arriscar suas vidas, liberdade e o futuro de suas famílias por causa de uma sociedade machista e hipócrita. A luta delas também é a minha luta. Não estão mais sozinhas.

---

## **‘Toda instituição de saúde é obrigada a fazer o aborto’, diz diretora de ONG colombiana**

*Luz Janeth Forero considera legislação da Colômbia mais abrangente que em outros países*

**[\(O Globo, 09/12/2017 - acesse no site de origem\)](#)**

A gerente de projetos e investigações da ONG Profamilia Colombia, Luz Janeth Forero, comenta o procedimento realizado por Rebeca Mendes e as diferenças entre a legislação colombiana e a brasileira sobre a interrupção da gravidez.

### **Como foi feito o contato entre a Profamilia e Rebeca Mendes?**

Foi estabelecido a partir da ONG brasileira Anis - Instituto de Bioética, que assim como nós faz parte da Federação Internacional de Planejamento Familiar (IPPF, na sigla em inglês), uma rede global que conecta organizações que defendem os direitos sexuais e reprodutivos.

### **E por que a senhora acha que a Colômbia foi o país escolhido?**

Há 11 anos, desde que uma sentença da Suprema Corte autorizou a

legalização do aborto no país, a Colômbia passou a ser muito reconhecida na região neste sentido. Além disso, acabamos de trazer para o país um medicamento, a mifepristona, que facilita o procedimento até 9 semanas de gestação. A Profamilia Colombia também atua no país há mais de 50 anos, o que nos torna em um destino importante para este tipo de procedimento, principalmente nos estágios iniciais. Também é importante mencionar outros procedimentos logísticos: Rebeca não precisou de passaporte para entrar no país, o que agilizou o processo, que precisava ser absolutamente rápido; e era um destino barato.

### **Em que casos o aborto é legalizado no país?**

Nossa legislação, desde maio de 2006, permite o aborto em qualquer idade gestacional, por três causas. Primeiro, quando afeta a saúde física e mental da mulher, o que no nosso caso não significa que ela esteja necessariamente correndo risco de vida, como no Brasil, mas em qualquer situação que produza um estresse psicológico, como no caso de Rebeca. Em segundo, em casos de violência sexual, e em terceiro, quando há má formação do feto. Mas, novamente nesse caso, também é bem mais ampla e abrangente que o Brasil, que limita o aborto legal apenas a casos de anencefalia.

### **Ou seja, apesar de se parecer com a lei brasileira, há muitas variáveis.**

Sim, nosso marco jurídico é absolutamente amplo e permite praticar o aborto em casos em que outras legislações não permitem. Aqui, a mulher também escolhe o procedimento a ser feito, de acordo com sua necessidade específica, e toda instituição de saúde, pública ou privada, é obrigada a fazer o aborto dentro desses três casos. No entanto, há claro, grupos que se opõem a esses avanços, e muitas mulheres encontram barreiras no acesso aos serviços, inclusive dentro da cobertura do plano de saúde. Além disso, muitas não têm acesso à informação necessária e não sabem que têm esse direito. E quando não se conhece seus direitos, eles não são exercidos. Ainda podemos avançar. O ideal é que a decisão seja legislativa.

### **Desde quando a Profamilia dá assistência a abortos no país?**

Embora esteja no país há 52 anos, apenas desde 2006 começamos a realizar

abortos, quando a Corte Constitucional tomou a decisão. Hoje, fazemos cerca de 1.100 procedimentos por mês, um número que tende a aumentar com a chegada do medicamento, em maio. Depois de cinco anos de trabalho interno e jurídico, a Profamilia conseguiu ser a organização autorizada a trazer e distribuir a mifepristona.

### **Foi o caso de Rebeca?**

Não. Apesar de estar com 8 semanas, não haveria tempo hábil para os testes necessários e optamos por um procedimento mais seguro, nesse caso, e mais ágil. Foi feita a aspiração, que demora cerca de três horas, desde a hora que ela pisa na clínica, até o momento que vai para casa. Antes do procedimento, fazemos um acompanhamento e assessoria com a mulher, onde disponibilizamos todas as informações necessárias e explicamos todas as possibilidades, para que a mulher tenha os elementos para a tomada de decisão. Não foi o caso da Rebeca, que já estava claramente decidida. E só depois disso fazemos a intervenção.

### **Como a senhora vê as últimas discussões sobre o aborto no Brasil?**

Qualquer violação que seja uma marcha a ré no direito de mulher não deve acontecer. Quando o mundo inteiro está avançando cada vez mais neste sentido, vemos o crescimento de grupos que vão de encontro aos direitos básicos de toda mulher, como o aborto, que todas deveriam ter direito a fazer.

### **Na região, quais países mais avançaram nesse sentido?**

Além da Colômbia, indiscutivelmente, Uruguai e Chile, onde também por via legislativa, o governo acaba de reconhecer o direito ao aborto. Também citaria a Cidade do México, que tem uma legislação diferente do restante do país. Por outro lado, há países como El Salvador, onde a mulher pode ser criminalizada inclusive em casos de abortos espontâneos.

*Mariana Gonçalves*

---

# Grávida que teve aborto negado pelo STF realiza procedimento na Colômbia

*No país vizinho, Rebeca Mendes afirma ter sido acolhida e se sentido em condições de interromper a gestação de forma legal e segura*

**[\(O Globo, 09/12/2017 - acesse no site de origem\)](#)**

O debate aconteceu no Brasil, mas foi a mais de três mil quilômetros de distância daqui que se deu o seu desfecho. Rebeca Mendes, de 30 anos, que enviou uma carta ao Supremo Tribunal Federal (STF) pedindo para interromper sua gestação de maneira segura e sem ser punida judicialmente, afirma ter feito o aborto na Colômbia na última semana. Grávida de quase nove semanas, ela foi ao país a convite do Consórcio Latinoamericano contra o Aborto Inseguro (Clacai) para participar de reuniões e debates com este e outros movimentos. Sua passagem e a hospedagem foram pagas pelo consórcio.

— Não vim para interromper a gestação. Sabia que a Justiça brasileira poderia negar meu pedido e tinha planos emergenciais sobre como proceder. A Colômbia estava nesses planos, mas não por agora. Até porque ainda me faltava uma resposta do juiz de São Paulo - disse Rebeca, em entrevista por telefone, ainda em Bogotá. — Aqui eu me senti muito amparada e recebi o apoio que não encontrei no Brasil, vindo de pessoas que não me conheciam, mas que ficaram sensibilizadas com o meu caso. Foi então que eu decidi fazer.

A legislação da Colômbia, desde 2006, permite o aborto em três situações: quando afeta a saúde física e mental da mulher; quando há violência sexual; e quando há má formação do feto. Ela é mais ampla que a do Brasil. Nesta última situação, por exemplo, o aborto no país não está limitado a casos de

anencefalia; e, na primeira, a mulher não precisa estar sob o risco de morrer, sendo consideradas, por exemplo, situações que produzam estresse psicológico. Foi nesse caso que Rebeca se enquadrou. A Profamilia, organização colombiana especializada em direitos reprodutivos, ofereceu a ela a possibilidade de realizar o procedimento em uma clínica particular.

Leia também:

['Toda instituição de saúde é obrigada a fazer o aborto', diz diretora de ONG colombiana \(O Globo, 09/12/2017\)](#)

[Brasileira que interrompeu gestação na Colômbia não pode ser punida, dizem advogados \(O Globo, 09/12/2017\)](#)

— Eles entenderam que meu sofrimento se enquadrava como perigo para a minha saúde - explicou Rebeca.

A estudante diz que poderia escolher entre dois tipos de procedimento e optou por fazer o aborto por aspiração. Chegou à clínica pela manhã, recebeu informações sobre o que seria feito e explicações sobre o trabalho da Profamilia e recebeu alta à tarde:

- A Profamilia não faz apenas interrupção da gravidez. Eles trabalham com planejamento familiar, métodos contraceptivos. Uma mulher que decide interromper a gravidez sai da clínica com o método que escolher para evitar gravidez indesejada. Lá existem várias opções e eu, que a princípio queria colocar o DIU, acabei mudando de ideia por uma opção que eu nem teria no Brasil. Optei pelo anticoncepcional subcutâneo, um implante que se coloca sob a pele.

### **Advogada diz que Rebeca não pode ser punida**

A advogada Gabriela Rondon, da ONG Anis - Instituto Bioética, que dá apoio a Rebeca, diz que ela não pode ser punida no país por ter feito o aborto na Colômbia:

— A lei só se aplica territorialmente, nossa legislação não poderia ser usada na Colômbia, onde o aborto foi realizado. Aqui no Brasil ela não realizou nenhuma fase do procedimento, não pode ser punida.

Fazer um aborto ilegal nunca foi uma opção para a estudante de Direito, que tem um contrato de trabalho temporário no IBGE até o início do próximo ano e é bolsista pelo ProUni na faculdade. Aos 30 anos, sendo mãe de dois meninos, um de 6 e outro de 9, ela diz que sentia muito medo de morrer em decorrência de complicações de um aborto inseguro e deixar as crianças sozinhas. Quando engravidou do terceiro filho, já separada, decidiu que tinha que interromper a gestação por não ter condições financeiras, psicológicas ou emocionais de seguir com a gravidez, mas pelos meios legais.

Sua carta foi enviada à ministra Rosa Weber por uma ação apresentada pelo PSOL e a ONG Anis - Instituto Bioética, algo inédito no país. Antes disso, nenhuma mulher havia feito um pedido ao STF em situações que não fossem de anencefalia do bebê, estupro ou risco de morte. Depois de ter o pedido negado no Supremo, Rebeca apresentou um habeas corpus preventivo na 1ª Vara Criminal de São Miguel Paulista, na Zona Leste de São Paulo, para evitar punições caso tentasse interromper a gestação.

— A legislação brasileira está parada no tempo desde os anos 1940, já que o Código Penal que trata disso é dessa época. O país não evoluiu, enquanto nossos países vizinhos, como o Uruguai e a Colômbia estão à frente. Não faz sentido. Espero que, mesmo que a resposta da Justiça seja negativa em relação ao meu caso, ele sirva para que outras mulheres também sigam o mesmo caminho e não tenham medo de recorrer ao STF, se preciso, para isso — diz Rebeca.

### **Ex-marido não a acompanhou na viagem**

A universitária conta que não estava acompanhada do ex-marido, pai do bebê, na viagem à Colômbia, nem de outra pessoa da família. Não era um passeio, ela explica:

— Minha família são meus dois filhos pequenos. Eles não vieram comigo, ficaram no Brasil com o meu ex-marido, que foi a primeira pessoa a saber que eu estava grávida e também disse que não queria ter a criança. Ele já tinha me dado sua opinião, que não mudou até agora. Mas, independentemente do que ele dissesse, eu já estava decidida a fazer.

## **Casa invadida por estranho**

Rebeca conta que desde que sua história veio a público, recebeu mensagens de apoio e indignação. Conta que se sentiu ameaçada uma vez, quando, há poucos dias, uma pessoa apareceu em sua casa, durante a noite, para tirar satisfações e dar conselhos.

— Achei assustador. Essa pessoa, que eu sequer conhecia, se sentiu autorizada a invadir minha casa, enquanto eu dormia com os meus dois filhos, para dizer o que eu deveria fazer da minha vida. Fiquei pensando que, da mesma maneira que ela descobriu meu endereço, poderia conseguir informações sobre onde estudam as crianças. Não é porque eu me expus entrando com pedido no judiciário que as pessoas têm o direito de invadir o meu espaço. Espero que tenha sido um caso isolado porque eu entendo que as pessoas têm suas opiniões, suas críticas, mas elas precisam estar conscientes de onde e quando podem fazer isso.

A universitária explica que evitou ler as mensagens mais agressivas que recebeu pelas redes sociais e conta que não recebeu, ao contrário do que muitos falaram, visitas de grupos religiosos.

— Houve apenas uma ONG que entrou em contato comigo, eles trabalham com mulheres que passam por gravidez indesejada. Dão apoio a elas, psicológico e financeiro. Achei o projeto muito bacana, mas expliquei à coordenadora que não era o que eu queria fazer, que tinha um outro ponto de vista. Ela me entendeu, disse que eles estavam lá para me apoiar, independentemente da minha decisão. Eu espero que ela continue esse trabalho, porque muitas mulheres engravidam acidentalmente, mas não querem interromper a gestação depois.

*Por Josy Fishberg*

---

# Colômbia aprova realização de referendo para decidir se homossexuais podem adotar

*Parlamentar que promoveu a ideia defende que apenas famílias formadas por homem e mulher tenham o direito*

**[\(El País, 15/12/2016 - acesse no site de origem\)](#)**

Os colombianos devem ir às urnas para decidir quem tem o direito de adotar. [Apesar de a Corte Constitucional ter apoiado a adoção por parte de casais do mesmo sexo há um ano](#), em uma sentença histórica, o Senado aprovou, na terça-feira, a realização de um referendo para modificar a Constituição de maneira a que somente casais formados por um homem e uma mulher possam adotar. Com isso, nem casais gays, nem pessoas solteiras ou viúvas teriam esse direito. O projeto entrou em debate com o respaldo de quase 2 milhões de assinaturas recolhidas pela senadora cristã Viviana Morales. Com o aval do Senado, espera-se a aprovação pela Câmara, em março, para que a consulta seja realizada. No entanto, os protestos e a rejeição das organizações de direitos humanos e grupos [LGTBI](#) se intensificaram.

“Já faz muitos anos que mulheres e homens solteiros, viúvos ou divorciados podem adotar, e esse referendo pretende acabar com essa possibilidade e excluí-los, declarando que há cidadãos e famílias de segunda e de primeira categorias”, disse a senadora Claudia López, uma das maiores opositoras da ideia. Segundo o projeto de referendo, os colombianos seriam convocados para, com seu voto, aceitar um novo texto de um artigo da Constituição.

“A adoção como meio de proteção de meninos, meninas e adolescentes que não têm família busca garantir a eles o direito de ter uma constituída por uma pessoa heterossexual nos termos explícitos do artigo 42 desta Constituição, ou seja, por um homem e uma mulher unidos entre si em matrimônio ou união marital de fato, com o cumprimento dos demais requisitos estabelecidos na lei. Aprova o parágrafo anterior? Sim ou Não”



seria o texto apresentado na consulta aos eleitores.

A senadora López, uma das protagonistas do debate entre parlamentares, afirma que se trata de uma proposta inconstitucional porque pretende impor critérios discriminatórios baseados na condição sexual em torno do direito à adoção. “Esta proposta de referendo é desumana e inconstitucional com as crianças abandonadas por seus pais, ao limitar as famílias que poderiam adotá-las, e com metade das famílias colombianas formada por mães solteiras, pais solteiros, viúvos e divorciados que são pré-julgados como famílias indesejáveis e inaptas para se candidatar à adoção, assim como as pessoas e casais do mesmo sexo”, declarou.

No debate, os opositores afirmaram que esse tipo de iniciativa aprofunda [a ideologia sexista e machista](#) que menospreza mulheres como as mães solteiras, que constituem 36% das famílias colombianas, e que seriam consideradas como indesejáveis para tentar a adoção. “Esse referendo consagra o absurdo de que uma mesma mulher esteja apta para ser mãe biológica, mas é indesejável para ser mãe adotiva”, disse a senadora López, que destacou que esse tipo de ideologia “reproduz, como gasolina em um incêndio, a brutal pandemia de violência contra mulheres e crianças, como demonstram as mais de 75.000 agressões violentas das quais são vítimas as mulheres nas mãos de seus parceiros, a cada ano”.

No entanto, a defesa dos “valores tradicionais”, que se tornou a bandeira da senadora Morales e de seu marido, Carlos Alonso Lucio, líder cristão e ex-militante do M-19, venceu os argumentos dos senadores que votaram contra a ideia. As vozes que rejeitam o referendo destacam que ele é discriminatório não só porque exclui a comunidade LGTBI como também negaria a possibilidade a 9 milhões de heterossexuais solteiros, separados ou viúvos que estão aptos a adotar uma criança.

---

# A ativista colombiana estuprada por denunciar estupro

Uma mulher colombiana negra, vestindo um turbante colorido e roupas soltas, se debruça sobre seu paciente e suavemente pressiona sua barriga.

[\(BBC Brasil, 28/08/2016 - acesse no site de origem\)](#)

Uma mulher colombiana negra, vestindo um turbante colorido e roupas soltas, se debruça sobre seu paciente e suavemente pressiona sua barriga.

“Onde dói?”, ela pergunta, em uma sala cheia de plantas e posters coloridos. Ela usa raízes e sementes para tratar pacientes no Centro de Vítimas do Conflito Armado, no subúrbio de Bogotá.

As pessoas vão à clínica estatal em busca de algum alívio para o sofrimento a que foram submetidas durante os combates entre guerrilheiros e governo colombiano, que durou mais de meio século até que um acordo de paz fosse firmado, na última semana.

A própria Maria (nome fictício), a mulher do turbante, está se recuperando de um trauma horrível, que a forçou a deixar sua casa.

Como 1 em cada 10 colombianos, ela virou uma refugiada em seu próprio país. Quase 7 milhões de pessoas foram deslocadas e mais de 220 mil mortas desde 1964, quando as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (Farc) passaram a pegar em armas contra o Estado para pedir igualdade social e reforma agrária.

E embora as Farc tenham assinado o acordo de paz, outros grupos armados, incluindo paramilitares de direita, ainda aterrorizam partes do país.



Maria sente saudades e sonha em voltar para casa, em Quibdó (Foto: Eugênia Rodriguez Peria)

Há seis anos, Maria morava em Quibdó, capital do departamento de Chocó, um dos mais pobres do país.

Maria era líder de um grupo feminino chamado AfroMuPaz, que dava apoio a famílias deslocadas pelo conflito.

Ela também era uma ativista contra o recrutamento de crianças-soldado e denunciava grupos armados por abusos sexuais cometidos contra mulheres e meninas.

A região, que é cortada por rios e tem fronteira tanto com as costas do Pacífico quanto do Caribe, é alvo de disputa entre grupos armados que lutam pelo controle das rotas de tráfico e acesso a minas de ouro ilegais.

Esses grupos abusavam de mulheres, e o AfroMuPaz foi um dos poucos a denunciar os crimes.

Em julho de 2010, um homem disse a Maria que queria doar roupas e sapatos de crianças para o grupo. Ele se ofereceu para levá-la para outro bairro e buscar as coisas.

‘Entrei no caminhão dele sem suspeitar de nada’, diz ela. ‘Mas quando ele

começou a dirigir me senti inquieta e perguntei onde estava a doação. Aí alguém apontou uma arma para a minha cabeça e colocou um capuz em mim.”



Região é disputada por traficantes (Foto: Eugênia Rodrigues Peria)

Maria foi levada para a selva e, quando tiraram seu capuz, ela viu que estava cercada por homens armados e, para seu horror, viu um soldado saindo de uma cabana com a filha dela, Camila, de 13 anos.

Camila havia sido enganada por uma integrante do grupo paramilitar Los Rastrojos. A mulher havia dito à menina que eles iriam encontrar sua mãe. “Mas fomos sequestradas, as duas”, diz Maria.

Oficialmente, essas milícias de direita não existem mais. Elas foram desmobilizadas há uma década, mas muitas ressurgiram ou viraram grupos criminosos.

Originalmente sob um grupo “guarda-chuva”, o AUC (Autodefensas Unidas de Colombia), as milícias eram financiadas por donos de terra e traficantes que queria proteção contra sequestros e extorsões feitas pelas guerrilhas de esquerda.

Ao cair da noite, a adolescente foi levada, e Maria foi amarrada a uma árvore com três homens de guarda. Ela ficou coberta de sangue devido a golpes que recebeu na cabeça.

“Primeiro achei que eles iam me matar”, diz. “Mas aí um deles me disse que eles iam me punir por falar demais. Começaram a me mostrar suas genitais e percebi o que fariam. Comecei a gritar: Ok, façam o que vocês quiserem, mas por favor não toquem na minha filha. Não toquem na minha filha!”

Maria foi estuprada repetidas vezes por cinco homens, durante cinco dias. Uma hora ela desmaiou - e quando acordou estava em um hospital em Quidbo. Ela havia sido encontrada no acostamento de uma estrada após sua filha mais velha dar o alerta e pessoas começarem a procurar por ela.

Camila, a filha mais nova de Maria, havia sido devolvida para a casa da família, muito traumatizada mas sem lesões físicas. “Eles disseram que se ela falasse alguma coisa sobre o que havia acontecido eles me matariam”, conta Maria. “Então ela parou de falar. Por muito tempo, só dizia ‘sim’ e ‘não’ e chorava quase todo dia.”



O conflito já dura mais de 50 anos (Foto: Getty Images)

Maria se recuperou gradualmente e seis meses depois voltou ao seu trabalho

no AfroMuPaz. Mas, certo dia, um membro do mesmo grupo armado foi a sua casa e disse que ela tinha 48 horas para deixar a cidade.

Maria foi para a capital, Bogotá, onde as autoridades lhe cederam um colete à prova de balas, um celular e dinheiro mensal para táxis, já que ela foi aconselhada a não usar transporte público. Meses depois, seus filhos se juntaram a ela.

Segundo Hector Fabio Henao, bispo que teve papel importante nas negociações entre as Farc e o governo colombiano, grupos armados estão cada vez mais perseguindo pessoas como Maria, que fazem denúncias contra eles ou defendem causas que entram em conflito com seus interesses.

Em um período de quatro semanas neste ano, 13 ativistas de direitos humanos, de meio ambiente e líderes comunitários de aldeias indígenas foram mortos, diz ele.

No ano passado, um era morto a cada cinco dias. Acredita-se que os assassinos sejam membros de grupos paramilitares, gangues e o Exército de Libertação Nacional (guerrilha de esquerda que, ao contrário das Farc, não aderiram ao cessar-fogo).

O governo e as Farc concordaram em criar um tribunal especial para investigar e punir violações de direitos humanos cometidas nos últimos 50 anos. Eles prometeram que autores de crimes de violência sexual, incluindo estupro, não serão anistiados.



Grupos como o ELN não aderiram ao cessar-fogo (Foto: Getty Images)

Mas Maria ainda não está confiante de que será seguro testemunhar, já que ela e outras mulheres foram vítimas exatamente por denunciar abusos.

A filha de Maria, Camila, hoje estuda Direito e está otimista sobre a força da lei. Ela diz que quer ser política - “mas das boas, não corrupta”.

Maria teve mais dificuldade em se adaptar à vida em Bogotá do que suas filhas. Ela tem saudades da mãe, dos amigos e do sentido que o antigo emprego dava a sua vida. Mas trabalhar como profissional de saúde levanta sua moral e ajuda a diminuir “a raiva e o ódio” dentro dela.

“Não posso mudar o que aconteceu comigo”, diz ela. “Não posso esquecer porque meu corpo me lembra disso todos os dias.”

Mas ela pensa em perdão e tenta imaginar como seria viver em um país em paz. Também sonha em voltar para Quibdo.

“Quando isso vai acontecer?”, questiona. “Queria voltar amanhã, mas não sei quando será possível.”

*Lucy Ash*

---

# Ministra homossexual é alvo de ataques por pregar tolerância

*(Folha de S. Paulo, 16/08/2016)* Chego à Colômbia pensando que o assunto do momento é o processo de paz, que se encontra em fase de finalização das negociações. Mas não. Tampouco as Olimpíadas estão mobilizando tanta atenção, apesar das duas medalhas de ouro (até agora) heróicas do país. O que está em debate mesmo é a imensa repercussão causada por conta de uma cartilha que o governo está por lançar para prevenir que crianças e adolescentes cultivem a intolerância.



Tudo começou, infelizmente, de forma trágica, com o suicídio do garoto Sergio Urrego, 17, em 2014. Segundo consta, o rapaz vivia em conflito com a dificuldade de assumir a homossexualidade diante de colegas e família e acabou tirando a própria vida. Desde então, iniciou-se um debate sobre como esclarecer melhor as crianças e evitar o “bullying” nas escolas.



A Corte Constitucional determinou, então, que o governo revisasse seus manuais de convivência, para tentar atacar o problema. O resultado foi o documento “Ambientes Escolares Livres de Discriminação”. Porém, mesmo antes de ser lançado, começou a sofrer ataques de vários setores da sociedade e de membros da Igreja. Tudo se agravou, porém, quando nas redes sociais disseminaram-se imagens que não pertenciam ao novo manual, mas sim de uma HQ belga que mostrava cenas de sexo explícito entre garotos e garotas homossexuais.

A confusão estava armada. Na semana passada, mais de 40 mil pessoas, convocadas pelas redes sociais, foram às ruas contra o Ministério da Educação. Deputados conservadores e líderes religiosos disseram que o órgão estava impondo uma “ideologia de gênero” às crianças. Não demorou para que as críticas endereçadas à ministra Gina Parody tomassem tom pessoal. Parody é homossexual e tem como parceira uma outra ex-ministra \_o casamento gay ainda não é lei no país. A deputada conservadora Ángela Hernández disse que Parody estava praticando a “colonização homossexual” do país.

Nas ruas, os cartazes pediam a renúncia da ministra, que é muito próxima ao presidente Juan Manuel Santos. Alguns deles diziam “Chega de Parody, Cristo vive”, ou “Senhor ou Senhora Parody, vá embora”.

As organizações de defesa dos direitos LGBT reagiram, assim como artistas e intelectuais, em apoio à ministra. O governo tentou mostrar a diferença entre o comic belga e a cartilha real, que obedece padrões internacionais e cuja produção foi fruto de um convênio com as Nações Unidas.

A polêmica arrefeceu apenas um pouco quando o presidente Juan Manuel Santos saiu a apoiar sua ministra, ao mesmo tempo que garantiu que o Estado não promoveria “ideologias de gênero”. Porém, em tempos de polarização política em torno do plebiscito pela aprovação do acordo de paz, a contenda ganhou cores de disputa eleitoral.

De um lado, Santos e seu governo que quer mostrar-se conciliador, tenta negociar com a guerrilha e terminar uma guerra de mais de 50 anos por meio do diálogo e que, entre outras coisas, escolhe uma ministra mulher e

homossexual para uma pasta-chave como a Educação, justamente para lançar ao país uma mensagem de tolerância. E do outro lado está o ex-presidente Álvaro Uribe, crítico do acordo de paz, que faz a campanha pelo “não” e pelo retorno à solução bélica contra a guerrilha. Uribe crê que a paz em negociação é a entrega do país aos “terroristas” e é conhecido por, quando está nervoso, chamar os interlocutores de “maricas”.

Trata-se da mesma divisão que havia nas eleições de 2014, quando Santos perdeu o primeiro turno para o candidato apontado por Uribe e ganhou por margem pequena o segundo turno. A divisão do país segue igual, a julgar pelo que veio à tona com o episódio das cartilhas de convivência. Como conciliar de forma harmônica essas duas Colômbias é o desafio que se impõe a Santos e à sociedade como um todo.

---

## **Epidemia de zika vírus na Colômbia chega ao fim, dizem autoridades**

*(Último segundo, 25/07/2016) Ministério da Saúde afirma que número de casos vêm caindo em um ritmo de 600 pessoas infectadas por semana, mas o zika vírus não deve desaparecer.*

Autoridades colombianas afirmaram que a epidemia do zika vírus chegou ao fim no País, segunda região mais afetada pela doença no mundo

O Ministério da Saúde colombiano declarou que os casos de contaminação vêm caindo em um ritmo de 600 pessoas infectadas por semana. Desde que a epidemia de zika teve início no País, em setembro de 2015, mais de 100 mil casos das doenças foram registrados, porém apenas 9 mil foram confirmados em laboratório.

Ainda assim, os especialistas reforçam que o vírus não vai desaparecer completamente. O problema também vai continuar a preocupar as autoridades porque há mais de 17 mil mulheres grávidas diagnosticadas com o zika.

O vírus está relacionado com malformação fetal durante a gravidez, podendo causar microcefalia em bebês. Neste ano, já foram relatados 150 casos do problema, número que pode e deve aumentar nos próximos meses.

### **Epidemia continua no Brasil**

Como o zika vírus chegou mais tarde na Colômbia do que no Brasil, o país latino pôde se preparar melhor para receber a doença.

Por aqui, já foram registrados quase 166 mil casos de infecção por zika só em 2016. O vírus está presente em todas as regiões do País, de acordo com o Ministério da Saúde. O problema ocorre principalmente no Centro-Oeste, onde a média registrada é de 163 casos para cada 100 mil habitantes.

A pasta também já registrou 1.709 bebês com microcefalia em 595 municípios de todos os Estados desde outubro de 2015. Só a região Nordeste concentra mais de 1,4 mil das crianças.

A zika foi confirmado como a causa de 267 malformações, mas o ministério acredita que o número não representa a totalidade de casos relacionados ao vírus, já que a maior parte das mães que tiveram bebês com diagnóstico final da doença estava infectada durante a gestação.

*\*Com informações do Estadão Conteúdo*

**Acesse o site de origem:** [Epidemia de zika vírus na Colômbia chega ao fim, dizem autoridades \(Último segundo, 25/07/2016\)](#)